

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.115 - ES (2019/0211351-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **RISOLETA DE FIGUEIREDO RODRIGUEZ - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ROBERTO DE FIGUEIREDO RODRIGUEZ - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **SUELI DE PAULA FRANÇA E OUTRO(S) - ES001793**
: **VITOR DE PAULA FRANCA - ES013699**
: **ARTHUR DAHER COLODETTI - ES013649**
RECORRIDO : **UNIÃO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE PELO ÍNDICE DE 3,17%. AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO FORMADO NO BOJO DA AÇÃO COLETIVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 152, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. SERVIDOR. REAJUSTE PELO ÍNDICE DE 3,17%. AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO FORMADO NO BOJO DA AÇÃO COLETIVA. CONDIÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA NÃO OBSERVADA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL E DOS EMBARGOS. APELAÇÃO PREJUDICADA.

- Trata-se de recurso de recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução individual de sentença coletiva proposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Espírito Santo - SINDSEP/ES, relativa ao reajuste de 3,17%. Ademais, condenou a embargante ao pagamento de verba honorária, fixada em R\$ 1.000,00, nos termos do art. 20, § 4º c/c art. 26 do CPC/73.

- A despeito da questão decidida na sentença e da matéria impugnada nas razões recursais, verifica-se que, no caso, encontra-se ausente uma condição específica da execução individual, qual seja, a liquidação da sentença condenatória proferida nos autos da ação coletiva, que reconheceu ser devido aos substituídos, o reajuste de 28,86%, em seus vencimentos, pois a condenação imposta ao ente público é genérica, necessitando, portanto, de liquidação.

-Dessa forma, afigura-se necessário que se proceda a liquidação da condenação genérica ou ilíquida, de modo que o título judicial formado no bojo da ação coletiva possua eficácia executiva.

-Reconhecida a ausência de condição da ação (liquidação do julgado coletivo), julgando-se extinto o processo de execução individual, sem resolução de mérito, e, por conseguinte, os presentes embargos, restando

prejudicada a apelação.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 171-177, e-STJ).

O recorrente sustenta ofensa ao artigo 489, § 1º, IV, e 1.022, II, parágrafo único II, do CPC/2015, argumentando que, embora instado para tanto, não se pronunciou sobre as seguintes questões importantes para o deslinde da controvérsia: (a) "Do v. acórdão que, dizendo ausente uma de suas condições (liquidez), extinguiu a execução e, via de consequência, os embargos sem resolução de mérito, a Recorrente opôs os embargos de declaração de fls. 156-62, aduzindo que, ao assim proceder, o e. Tribunal local violou a regra disposta: (i) no art. 10 do CPC/15, pois conheceu de questão quanto à qual às partes jamais havia sido conferida oportunidade de se pronunciar; (ii) no art. 505 do CPC/15, visto ter revisitado questão que, enfrentada por decisão não recorrida pelas partes, restou acobertada pela preclusão; (iii) nos artigos 371 e 373 do CPC/15, na medida em que, descurando das provas constantes dos autos, inovou em questão jamais controvertida pelas partes" (fl. 185, e-STJ).

Sem contrarrazões (certidão, fl. 197, e-STJ).

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 211-215, e-STJ.

Decisão de conversão do agravo em recurso especial (fl. 245, e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasto a alegada violação do art. 1.022, II, parágrafo II, do CPC/2015, pois o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, embora contrária ao interesse do recorrente, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Consoante entendimento desta Corte, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

Nesse sentido, confira:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGADA OFENSA AO ART. 489, §1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSIÇÃO DE MULTAS. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o enfrentamento dos argumentos capazes de infirmar o julgado, mas de uma forma contrária ao buscado pela parte, não caracteriza o defeito previsto no art. 489, § 1.º, inciso IV, do CPC/2015" (STJ, AREsp 1.229.162/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.683.366/MG, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 30/4/2018.

(...)

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.255.946/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/6/2018)

Por outro lado, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, consignou que, *in verbis* (fls. 146, e-STJ):

[...]

Em casos como o presente, o termo inicial da prescrição quinquenal é a data em que foi publicada a decisão que determinou a execução individualizada da sentença coletiva, uma vez que somente após tal provimento tornou-se possível a parte exequente perseguir individualmente seu crédito.

Todavia, em que pese não restar prescrita a presente ação executória, verifica-se que, no caso, **encontra-se ausente uma condição específica da ação executiva individual, qual seja, a liquidação da sentença condenatória proferida nos autos da ação coletiva.**

'Dessa forma, **afigura-se necessário que se proceda a liquidação da sentença de condenação genérica ou ilíquida, de modo que o título judicial, formado no bojo da ação coletiva, possua eficácia executiva.** É o que dispõem os arts. 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor.

[...]

Assim, **necessária prévia liquidação do julgado, pois, como já dito alhures, em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica** (art. 95 do CDC), mostra-se imprescindível, para apuração de um valor líquido e exigível, a realização de processo de liquidação, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Sem prévia liquidação, não é possível o início de execução de condenação estabelecida em termos genéricos.

Em diversas manifestações, o STJ tem se manifestado no sentido da necessidade de prévia liquidação, não apenas para a definição do quantum debeat, mas também para aferição da titularidade do crédito. O cumprimento individual de sentença coletiva, voltada à satisfação de interesses individuais homogêneos, pressupõe fase prévia de liquidação que não se limita à apuração do quantum debeat (valor devido), incluindo também avaliação acerca da legitimidade (ou titularidade do direito) daquele que se afirma credor (cui debeat).

[...]

Desse modo, a apuração dos valores devidos a cada um dos substituídos tem de ser objeto de processo de conhecimento de liquidação da sentença coletiva.

Como se vê, à margem do alegado pelo recorrente, mantém-se o resultado do julgamento, porquanto não há como alterar as conclusões a que chegou o Tribunal de origem sem demandar o necessário revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo excepcional por óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE AÇÃO COLETIVA. PRESCRIÇÃO NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA ILÍQUIDA. DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À LIQUIDAÇÃO. SÚMULAS 7/STJ E 283/STF. APLICAÇÃO.

1. Cuidou-se, na origem, de Ação Coletiva transitada em julgado em 27 de maio de 2011 em que se pretende a execução de sentença promovida em março de 2017. Houve impugnação à execução, alegando a prescrição. Indeferida a impugnação, a Fazenda do Estado de São Paulo interpôs Agravo de Instrumento. O acórdão negou provimento ao Agravo reafirmando a inocorrência da prescrição "enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva promovida no regime de substituição processual".

2. O Tribunal de origem foi categórico em afirmar: "É sabido que o título executivo judicial transitado em julgado só pode ser executado quando tenha se tornado líquido, não correndo o prazo prescricional enquanto o credor promove as diligências para viabilizar a execução". Observa-se que o órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em Recurso Especial em face da Súmula 7/STJ.

3. A modulação dos efeitos do decisum lavrado pela Primeira Seção, no julgamento do Recurso Representativo da Controvérsia (REsp 1.336.026/PE), visou cobrir de segurança jurídica aqueles credores que dependiam, para o cumprimento da sentença, do fornecimento de elementos de cálculo pelo executado em momento no qual a jurisprudência do próprio STJ amparava a tese de que o prazo prescricional da execução não corria (EDcl no REsp 1.724.957/SP e EDcl no REsp 1.726.493/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 14.11.2018).

4. Agravo Interno em Recurso Especial não provido.

(AgInt no REsp 1.779.308/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 05/09/2019)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator